



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do “Loteamento Jequitibá II” de responsabilidade da CBR 195 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Processo IMPACTO Nº 00376/2024, e-ambiente CETESB.087581/2024-16).

Realizou-se no dia **28 de maio de 2026, às 17 horas**, no “**Boituva Business Park**”, Av. Vereador José Ângelo Biagione, 660, Vila Ferriello, Boituva – SP., a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento “**Loteamento Jequitibá II**” de responsabilidade da CBR 195 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Processo IMPACTO Nº 00376/2024, e-ambiente CETESB.087581/2024-16). Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pela Presidente da Sessão **Naiana Lanza**, Secretária Executiva do CONSEMA, esta informou que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos a representante do órgão responsável pelo licenciamento, **Viviane Kondratiuk** Gerente do Setor de Licenciamento de Empreendimentos Urbanísticos e de Lazer da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o desenvolvimento da audiência por **Naiana Lanza**, seguida das saudações iniciais pelos demais integrantes da Mesa Diretora. Passou-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a fala **Gabriel Jadoul**, gerente da Cyrela, CBR 195 Empreendimentos Imobiliários e **Thiago Aragão Escher**, Diretor da Global Ambiente Consultoria Ambiental. Finalizadas as exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos cidadãos inscritos, fase da qual participaram **Deise Miller** e **Thiago de Castro Souza**. Finalizadas as manifestações dos integrantes do Plenário, passou-se à etapa de respostas e esclarecimentos, feitos por e **Thiago Aragão Escher**, Diretor da Global Ambiente Consultoria Ambiental, seguiram-se os comentários finais, feitos por **Naiana Lanza Landucci**, Secretária Executiva do CONSEMA, e **Viviane Kondratiuk**, Gerente do Setor de Licenciamento de Empreendimentos Urbanísticos e de Lazer da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. Após constatar e informar que todas as etapas da Audiência haviam sido regularmente cumpridas, a Secretária Executiva do CONSEMA agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata, segue a transcrição integral das falas. Eu, **Naiana Lanza**, Secretária Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Audiência Pública - “Loteamento Jequitibá II”

00:00:19 Naiana Lanza (Presidente):: Então, tenham todos e todas uma excelente tarde, sejam todos bem-vindos. Eu sou Naiana Lanza, atual secretária-executiva do CONSEMA, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, e hoje estou aqui designada para conduzir os trabalhos dessa audiência pública. Então, em nome da secretária Natália Rezende, também presidente do Conselho, eu declaro, portanto, aberto os trabalhos da audiência pública relacionada ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental, Relatório de Impacto Ambiental, EIA RIMA, do empreendimento, Loteamento Jequitibá II, de responsabilidade da CBR 195 Empreendimentos Imobiliários, processo de impacto nº 376, de 2024, e processo E Ambiente CETESB, 087581/2024-16. A presente audiência pública também está sendo transmitida ao vivo no YouTube da Secretaria, na página @semilsp. Então, antes de iniciar, eu gostaria de apresentar, também dar as boas-vindas à Viviane Kondratiuk, aqui representando a CETESB, gerente do setor de Licenciamento de empreendimentos urbanísticos e de lazer. Viviane, se quiser, dar as boas-vindas também, antes de continuarmos.

00:01:45 Viviane Kondratiuk (CETESB): Oi, boa noite, pessoal. Já vou fazer a minha fala inicial, então. Eu sou a Viviane, represento a área técnica da CETESB, que está avaliando o pedido de Licença Ambiental Prévia para esse projeto. É uma avaliação preliminar que verifica as condições da GLEBA e do entorno imediato e a proposta de implantação do projeto urbanístico. O Estudo de Impacto Ambiental, ele pretende identificar a compatibilidade do projeto com a área em que ele vai se implantar. E a nossa equipe da CETESB verifica se está tudo feito corretamente, dentro das restrições ambientais, do zoneamento municipal. Depois dessa fase, ainda está prevista algumas alterações de projeto urbanístico, coisas assim. Depois que o empreendedor recebe a Licença Prévia, ele dá prosseguimento ao Licenciamento com pedido de Licença Instalação e Licença de Operação até finalizar o empreendimento. Estou à disposição para, no final, se tiverem algumas dúvidas.

00:03:01 Naiana Lanza: Obrigada, Viviane. Na sequência, eu vou fazer uma pequena apresentação sobre como será o funcionamento da audiência pública para que todo mundo entenda um pouquinho como será o nosso dia de hoje. Começando aqui, explicando um pouco a composição da mesa diretora, rapidamente, é composta aqui pela presidência, no caso eu, hoje, a secretária executiva do CONSEMA, pela CETESB, e também, eventualmente, dois conselheiros do CONSEMA, que hoje não temos nenhum conselheiro do CONSEMA, e está previsto na normativa do CONSEMA sobre as audiências públicas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente é um órgão consultivo, normativo e recursal do Sistema Ambiental Paulista, então ele tem diversas atribuições, dentre elas, conduzir as audiências públicas relacionadas a algumas temáticas. Então, as atribuições do CONSEMA, o estabelecimento de normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliação de políticas públicas ambientais de relevante interesse, apreciação de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, que é o que estamos fazendo aqui hoje, o EIA RIMA, manifestação sobre instituição e regramento de Unidades de Conservação ou Zoneamento Ecológico Econômico, e, como eu disse anteriormente, a condução de audiências públicas. Aqui, brevemente, as legislações estaduais relacionadas às audiências públicas, então, temos a Política Estadual de Meio Ambiente, a Lei 13.507/2009, que dispõe sobre o funcionamento do CONSEMA e as suas atribuições, mas

a mais importante de todas para nós hoje é a Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011, alterada pela Deliberação Normativa 02/2024, que é justamente ela que rege toda a questão que acontece, todo o rito relacionado às audiências públicas, tanto as ações que acontecem antes da realização da audiência, como a convocação, como o rito que vamos conduzir aqui hoje. A audiência pública é um evento aberto, público, como o nome já diz, onde são apresentados os aspectos ambientais das propostas ou projetos. Ela tem como principal objetivo esclarecer dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões. Nesse sentido, eu já convido a todos e todas que estão aqui presentes para participar da audiência pública, porque, para que ela seja rica e que ela cumpra o objetivo, é interessante que todos participem ativamente. Como eu disse anteriormente, ela tem essa questão de esclarecer dúvidas relacionadas a alguns temas, como Licenciamento, a criação ou alteração de Unidade de Conservação, Zoneamento Ecológico e outras questões de interesse ambiental. Como eu disse, a Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011, ela traz todo o rito, começando pela questão do edital de convocação, justamente as regras de convocação, justamente para garantir que toda a sociedade tenha tempo de se organizar para participar da audiência pública. Então, tem a questão da divulgação, obviamente, no Diário Oficial, mas não só, não se limita a isso, é necessário também fazer divulgação em meios de comunicação, como jornal, rádio, enfim, tem toda uma regra ali, justamente para garantir que a informação chegue na sociedade, para que a sociedade possa participar ativamente da audiência pública. Além disso, os estudos, o EIA RIMA, ficam disponíveis virtualmente, também fisicamente, para garantir que as pessoas possam ter acesso previamente aos estudos, para poder se manifestar aqui de uma forma mais qualificada. Eu tenho a função como presidente hoje nesta audiência, pública, de conduzir os trabalhos e garantir as falas dos interessados de modo democrático e organizado. Além disso, tem toda a questão dos registros de todos os trabalhos de hoje, no dia de hoje, que isso tudo será registrado, estando em áudio, vídeo, ata, registro por escrito, e todas as informações depois são repassadas à CETESB no contexto da análise do processo de Licenciamento Ambiental, para que seja considerado e avaliado no contexto do processo. Então, agora sim, o momento mais interessante aqui da minha fala, que é justamente como será o nosso dia de hoje, a nossa audiência pública. A audiência pública está dividida em três etapas. Então, a primeira etapa é onde a gente tem a apresentação dos estudos, do EIA RIMA, no caso. Depois nós temos a segunda etapa, que é a participação dos interessados, então, esse é o momento mais rico da audiência, onde acolhemos as contribuições que serão analisadas e avaliadas no processo de Licenciamento. E, por fim, respostas e comentários finais sobre os questionamentos que foram aqui levantados. É importante dizer que, para que a pessoa possa se manifestar aqui, manifestação de qualquer natureza, dúvidas, críticas, questões, contribuições, elas devem se inscrever previamente lá na frente onde vocês fizeram a inscrição, com a Laura Lima, para que a gente consiga organizar aqui as inscrições. De acordo com a Deliberação Normativa do CONSEMA, essa inscrição se encerra uma hora após o início da audiência. Então, nossa audiência se iniciou às 17h10, portanto, às 18h10, nós teremos o encerramento das falas. Então, aqueles que estão na dúvida, estou na dúvida se quero fazer alguma pergunta ou não, sugiro que vá lá, já se inscreva, e se na hora não quiser falar, é melhor, porque caso não se inscreva, não poderá fazer uso da palavra. Além disso, a Deliberação do CONSEMA trás toda uma regra de ordem de falas por segmento e também o tempo de fala por segmento, que eu vou falar um pouquinho mais para frente. Além disso, é vedada a duplicidade de manifestação, ou seja, cada pessoa só pode falar uma vez. Então, detalhando um pouco agora essas três etapas da audiência pública, porque cada uma delas é composta por vários tempos, então a

primeira parte, teremos uma exposição de 15 minutos para a exposição da proposta pelo representante do proponente, ou seja, uma fala mais institucional. Depois, teremos 30 minutos para a apresentação do estudo pela consultoria, momento muito importante também da audiência pública. E depois passamos para a segunda parte, que é a participação do plenário. De acordo com a Deliberação, essa é a ordem de fala. Primeiramente, o representante do Ministério Público, com cinco minutos de fala, entidades da sociedade civil, cinco minutos de fala, pessoas físicas, três minutos, representantes de órgãos e entidades públicas, cinco minutos, membros de conselhos de meio ambiente, cinco minutos, parlamentares, cinco minutos, e representantes do Poder Executivo também, cinco minutos. Então, as inscrições lá na frente já são feitas por segmento, e seguimos essa ordem aqui na hora de chamar as pessoas para falar. Por fim, passamos a última etapa da audiência pública, que terá as manifestações, as respostas e comentários do proponente e também da equipe que elaborou o estudo técnico, em conjunto, totalizando 30 minutos para esse esclarecimento. E depois terá a fala da CETESB final. Como eu gosto de dizer, essa audiência pública não se encerra hoje. Como eu comentei, nós temos a transmissão ao vivo dessa audiência pública pelo YouTube da Secretaria, então aqueles que nos acompanham virtualmente também podem participar desse processo, mandando questões, dúvidas, esclarecimentos, qualquer questão que queira ser trazida para que seja avaliada no contexto do processo de Licenciamento, podem enviar as considerações por escrito até cinco dias úteis para o e-mail do CONSEMA, consema@sp.gov.br. Esse slide aqui, vocês vão ver ele mais algumas vezes. Dito isso, nós passaremos agora, então eu vou convidar o empreendedor para fazer a sua primeira fala. Gabriel Jadoul, gerente da Cyrela, CBR 195 Empreendimentos Imobiliários, que fará a sua apresentação. Gabriel, seja bem-vindo.

00:11:39 Gabriel Jadoul (Gerente do empreendimento): Boa tarde a todos. É um prazer ter vocês aqui conosco nessa tarde. Prometo ser breve, a gente quer dar ênfase aqui aos estudos técnicos. Eu vou passar rapidinho pela proposta urbanística de produto que a gente tem nesse empreendimento. Meu nome é Gabriel, eu sou responsável pela empreendedora, CBR 195. A gente está aqui localizado às margens da área urbana, urbanizada de Boituva, próximo da divisa com Porto Feliz, numa gleba de 2,6 milhões de metros quadrados. Eu já passo para o próximo, que é um slide um pouquinho mais completo, onde a gente prevê duas fases de implantação, num projeto de altíssimo padrão, onde a proposta no número de lotes já mostra um pouco da ideia do loteamento. São 88 lotes, previstos para 2,6 milhões de metros quadrados, num adensamento muito baixo, com lotes aqui médios de 7.360. Essa conta leva em consideração alguns lotes que não são propriamente residenciais. Então, a média, a gente está falando de 4 mil metros quadrados, 4 a 5 mil metros quadrados. Então, a gente está falando de grandes lotes para poucas pessoas morarem. A gente vai, basicamente, no próximo slide, elencar os cinco pilares que norteiam o desenvolvimento desse projeto, e que corroboram bastante com o estudo que o Thiago vai apresentar aqui para a gente, no que tange ao respeito ao meio ambiente, à preservação, à permeabilidade. Então, a gente tem cinco pilares: o primeiro pilar da permeabilidade, hoje, a gleba em que a gente está falando, historicamente sempre foi uma lavoura, um canavial, até pouco tempo atrás, até hoje, inclusive, se alterna em ciclos de cana, de soja, de sorgo. Então, a gente trabalha para manter a mesma ou praticamente a mesma permeabilidade histórica desta área, com lotes, com um regramento muito específico para maximizar a permeabilidade, inclusive nas áreas de lazer, onde um campo de golfe será implantado, desenvolvido ao longo do tempo, com todas as devidas normas e cuidados. Então, quando a gente vai somando tudo, a gente trabalha para manter o máximo possível de

permeabilidade, reduzir os impactos de chuva, de drenagem, de percolação de água. Então, a gente já parte para um segundo ponto, que é um cuidado que a gente tem, inclusive nas normas e no regramento que a gente vai ter deste loteamento, que são os reaproveitamentos de águas pluviais. Então, os lotes são grandes, eles permitem esse tipo de solução, todos os lotes aqui vão ser obrigados a ter um sistema de reaproveitamento de água pluvial, por dois motivos. O primeiro mais óbvio, evidentemente, economia de água, está todo mundo super preocupado com as secas que a gente tem tido nos últimos tempos, então, isso é um dos pontos. E também a preservação da macrodrenagem dessa área, evidentemente, o Thiago vai poder falar isso com muito mais detalhe, muito mais estofado nesse sentido, mas faz parte de um dos pontos mais importantes do nosso projeto, para que a gente possa minimizar os impactos da impermeabilização que, evidentemente, as ruas vão ter, e da drenagem e dos futuros efluentes que esses habitantes invariavelmente vão produzir. Então, a gente também trabalha numa proposta de paisagismo diferente, um paisagismo que agrega na recuperação e na maximização ambiental desta área, então, com árvores já maduras, com vegetação que ajuda justamente, tanto na parte estética, evidentemente, mas também na parte técnica e na parte tática, para que a gente possa ter uma aceleração da recuperação dessa área, que, durante muito tempo, tem o seu grau de degradação por conta da cultura intensiva de cana, enfim, de cana, soja, entre outros. A gente também está falando de coleta seletiva, evidentemente, como premissa de um loteamento fechado, de alto padrão. A gente tem a liberdade e a força de poder implementar uma coleta seletiva que funciona, praticamente imposta pela associação, que vai ser sempre muito zelosa em relação a isso. Então, é outro ganho que a gente tem quando a gente pode ter o controle do que está acontecendo dentro dos muros. Então, e, para terminar, não quero me delongar muito, a gente também trabalha com o conceito que cada vez mais tem sido adotado nos loteamentos e nos grandes centros urbanos, de praças esponjas, que a gente fala. São grandes praças, grandes áreas ajardinadas, que nos ajudam a amortecer essas águas e que podem tanto nos ajudar a nível paisagístico, por uma questão estética, evidentemente, mas também nos ajudam na área da macrodrenagem, nesse sentido. Então, esses são os principais pontos, não quero me delongar muito aqui, já vou passar a palavra para o Thiago. Um pouquinho do que a gente imagina como paisagismo, só para uma questão visual, para que vocês entendam do que a gente está falando. Acho que fui um pouquinho mais rápido do que os 15 minutos, vou deixar um pouquinho mais de tempo para o Thiago. Enfim, a gente está à disposição para as próximas perguntas, se elas vierem. Muito obrigado a todos, tenha uma boa tarde.

00:17:57 Naiana Lanza: Obrigada, Gabriel, você falou em cinco minutos. Então, eu convido agora o Thiago Aragão Escher, diretor da Global Ambiente Consultoria Ambiental. Thiago, por favor, seja bem-vindo. Você tem ainda uma sobrinha de minutos para usar do Gabriel.

00:18:24 Thiago Aragão Escher (Consultor Ambiental): Boa tarde, gente. Acho que eu não vou usar todo o tempo, pretendo pelo menos não usar, mas já agradeço a presença de todo mundo, agradeço já o que o Gabriel falou, porque ele já apresentou pelo menos o conceito, que tem muito com as questões, o conceito do projeto, que já entra em muitas dessas questões, que são questões ambientais, que eu vou tentar me aprofundar aqui. Bom, vamos lá. Acho que o Gabriel já falou um pouco do empreendimento, qual é o loteamento, essas questões e tal. Eu sou o Thiago Escher, sou da Global Ambiente, a empresa responsável, a consultoria ambiental, que foi a responsável pelos estudos ambientais na área. Aqui estão uns dados, a identificação do empreendedor, do

empreendimento, da consultoria que é a gente, da consultoria ambiental. Para vocês entenderem, a gente da Global Ambiente é uma consultoria que é localizada em Campinas. A gente tem também um escritório em Ribeirão Preto. A gente realiza estudos ambientais, principalmente para empreendimentos imobiliários, já faz uns 15 anos. E somos, como eu falei, especializados exatamente nesses tipos de estudos, estudos de empreendimentos imobiliários, em EIA RIMAS, é comum a gente já estar um pouco acostumado com esse tipo de questão. Vou só explicar rapidinho como é que vai ser a lógica de apresentação. Então, as informações gerais, os estudos de alternativas que foram feitos, como que são definidos, o que são as áreas de influência, a caracterização do empreendimento para a fase de implantação, fase de planejamento, fase de operação, tudo que foi encontrado no diagnóstico, tudo não, mas boa parte, vou apresentar as coisas importantes que foram apresentadas no diagnóstico, as avaliações dos impactos ambientais, os programas a partir dessas avaliações e a conclusão pela viabilidade da implantação. O objetivo, como até foi falado na mesa, dessa apresentação é a obtenção de uma Licença Prévia, Não sei se todos têm conhecimento, isso ainda é uma Licença Prévia, o empreendimento ainda depois terá outras etapas de Licenciamento, uma etapa de Licença de Instalação posteriormente. Mas, de certa forma, um estudo de um EIA RIMA é um estudo longo, um estudo que demandou, a gente tem feito estudos dentro dessa área já há três, quatro anos, que a gente vem desenvolvendo estudos para isso. A gente sempre gosta de dizer que quando a gente chega na audiência pública é meio que quase um alívio, já estamos em uma etapa próxima de finalização, porque todos os estudos já foram feitos, já foram apresentados para a CETESB, a CETESB já retornou com uma série de questionamentos, isso já foi devolvido, então já estamos em uma etapa de conversar mesmo com a população para isso. Como já apresentado pelo Jadoul, pelo Gabriel, a área passa o Córrego do Paudalho, dentro da área também tem um outro córrego e uma vegetação que depois vai ficar um pouco mais clara com isso. Uma dos primeiros pontos que a gente tem que apresentar, quando a gente vai começar o estudo, é a questão da definição das áreas de influência. E um estudo de um EIA RIMA, ele tem sempre três meios que a gente tem que estudar, que é o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico. E aí, para cada um desses meios, a gente tem que definir quais são as áreas de influência que vão delimitar os nossos estudos. Então, sempre que eu falo de AID, na verdade, de ADA, é a Área Diretamente Afetada, que é a área em vermelhinho, em cima, é a Área Diretamente Afetada, que a gente está chamando de ADA. É a área direta mesmo do empreendimento. Quando a gente fala de AID, é a Área de Influência Direta no empreendimento, e AII é a Área de Influência Indireta. A definição disso, tanto para os meios físico e biótico, foram a ADA, a AID foi definida como a microbacia do Ribeirão Paudalho, e a Área de Influência Indireta é a sub-bacia da UGRHI 10. Então, esses desenhos que estão no mapa ali, vocês conseguem ver, toda a área em amarelo é a Área de Influência Indireta, então, é o nosso escopo de estudo, onde a gente fez todos os tipos de trabalho. Para o meio socioeconômico é um pouco diferente, porque a gente tem que verificar quais são os equipamentos públicos que existem próximos da região. Então, a delimitação das áreas de influência tem uma outra configuração, uma outra metodologia. Então, para o meio socioeconômico, foi considerado as áreas adjacentes, a Área de Influência Direta, que abrange um raio de 5 quilômetros, e é um total dessa área de 7.800 hectares, então, é essa área em amarelo. Para de Influência Indireta, considerou-se todo o município de Boituva e de Porto Feliz. Vocês conseguem perceber ali pelo mapa que o empreendimento fica bem no limite do município entre Boituva e Porto Feliz, então, por isso que a gente utilizou como Área de Influência Indireta para o meio socioeconômico os dois municípios. Aí um pouco da caracterização do empreendimento, vou passar rápido essa

parte, porque o Gabriel já passou, o quadro de áreas do empreendimento, as duas fases, essas questões. Então, como o Gabriel também falou, o projeto urbanístico está definido por fases, quais são as áreas de cada fase, o que tem de área verde, o que tem de sistema de lazer para cada área. O Gabriel enfocou uma parte que é uma parte importantíssima, que é a questão exatamente da permeabilidade. Aqui a gente quer ressaltar que, exatamente pela presença do campo de golfe, que vai ser 100% impermeável, e toda a área de lotes também tem uma ocupação máxima de 30%, então o que nós temos de área permeável? Ela é muito acima, inclusive, da própria legislação que é permitida. A legislação diz que a gente tem que manter 20% da área permeável, esse empreendimento tem uma consideração muito maior com relação a isso. A questão da densidade também já foi falada, são poucos lotes para uma área de 2 milhões de metros quadrados, a gente está pensando em 110 lotes para a primeira fase residencial e 61 lotes para a fase 2. Aqui a planta urbanística ambiental que foi apresentada, então toda essa área verde que está delimitada são os fragmentos de vegetação. Aqui, depois eu vou entrar nas questões dos impactos, quais são as intervenções e tal, mas você verifica, aqui já tem todo o número certinho, o que tem de área permeável, o que tem de APP. Então, 13% do total da área já é de Área de Preservação Permanente, que, obviamente, ela vai ser mantida, vai ser recuperada no que é possível. E aí, a partir do momento que a gente faz todas as delimitações das áreas de influência, a gente vai para as caracterizações mesmo do empreendimento. Então, para a fase de implantação, a gente já tem todas as infraestruturas que são necessárias para a fase de implantação. A fase de implantação, quando a gente diz, é a fase de obras mesmo. Então, toda a infraestrutura de apoio que é necessária, o que vai ter de canteiro de obras, quantidade de funcionários, prazos, e as interferências que são necessárias. Então, vai ter uma supressão de vegetação nativa, uma supressão de árvores isoladas e umas intervenções em APP. Obviamente, todo empreendimento tem esses tipos de impactos, mas todos esses impactos, tanto de supressão como supressão de árvores, eles estão relacionados, a supressão especialmente de vegetação nativa e de intervenções, elas estão relacionadas com obras de infraestrutura. Então, a drenagem do empreendimento ou o acesso ao empreendimento, para isso que tem as supressões, e depois a gente vai falar dos impactos disso e das medidas mitigadoras. O Jadoul também já tinha adiantado a questão das drenagens de águas pluviais para um estudo do EIA RIMA, ele é feito todo um estudo hidrológico de macrodrenagem, um estudo amplo, para caracterizar exatamente qual o impacto dessa possível impermeabilização do empreendimento. Então, aqui a gente mostra um pouco de um resumo disso, demonstrando qual é o cenário de pré-implantação e qual é o cenário de pós-implantação do empreendimento. Então, todas as medidas que são feitas, especialmente as questões dos barramentos e das bacias de contenção, mostram que a figura do pós-implantação é mais conservadora, inclusive, do que no cenário de pré-implantação, no cenário atual, no cenário de hoje. Então, mesmo com a permeabilização, que é pequena para a área, com as medidas que estão sendo tomadas, a vazão hoje existente é maior do que a vazão que vai ser pós o processo de implantação. Aqui, só para vocês conseguirem entender, então, todas as sessões, todos os barramentos que foram previstos aqui dentro da área, que é exatamente para chegar nessa configuração, como eu disse, da gente ter um cenário pós-implantação mais positivo do que um cenário pré-implantação para o empreendimento. Na fase de operação do empreendimento, a gente tem, como eu falei, uma caracterização de 171 lotes, isso para a primeira fase. Então, uma população fixa que é estimada, que é esperada, um flutuante que também vai trabalhar dentro desse empreendimento. O consumo de energia, a gente já tem a carta da própria concessionária, da CPFL, garantindo a energia para isso. Resíduos

sólidos, coleta de lixo, essas questões também, vão ser realizadas pela própria prefeitura. Já tem uma carta da própria prefeitura também dando anuência para isso. Abastecimento de água, esgotamento sanitário também, já tem uma carta de diretrizes corretas, da Sabesp, tudo isso está devidamente apresentado, aqui a gente traz só a carta da CPFL, mas tudo isso está apresentado bonitinho dentro do EIA RIMA. Isso é a caracterização, depois da caracterização, a gente entra para o estudo que foi feito, de fato, que a gente vai conseguir delimitar um diagnóstico ambiental. Como eu falei, o diagnóstico ambiental é feito por três meios: o meio físico, o meio biótico e o meio socioeconômico. No meio físico, o que a gente vai ver? A questão da geologia, da geomorfologia, pedologia, hidrografia e tudo isso. Então, aqui, a gente trouxe os mapas para ficar um pouco mais claro para vocês. Então, toda a questão da geologia, como que foi feito esse estudo. Então, a gente realizou sondagens, foram feitas 41 sondagens na área inteira, para a gente ter conseguido delimitar quais são as caracterizações pedológicas e geológicas da área. Aqui a localização de todas essas sondagens. Você pega a malha, inclusive, para fora do empreendimento, para a gente conseguir verificar. A geomorfologia, então, a gente tem domínio dentro da área de domínios de colinas amplas e suaves. É uma área relativamente tranquila. Os mapas de pedologia, as características do solo, de hidrografia, como eu falei, então a gente faz uma caracterização de toda a hidrografia existente do local, dentro da ADA, dentro da AID, dentro da Área de Influência Indireta. Os recursos hídricos que foram feitos, então, quais são os aquíferos que atingem, que abastecem a região. Então, dentro da Área de Influência Indireta, a gente tem a predominância do Aquífero Tubarão, do Sistema Aquicludo Passa Dois e da Serra Geral, e na Área de Influência Direta e na ADA mesmo, é o Aquífero Tubarão. Dentro da ADA, como eu falei, a gente tem a presença de um corpo hídrico. Ao redor da ADA, a gente tem o corpo hídrico do córrego do Paudalho. Depois eu vou até mostrar como é que vai ser essas questões de monitoramento, mas a gente já está propondo sete pontos de coleta para esse monitoramento da qualidade da água. Na verdade, no diagnóstico, a gente já fez esses sete pontos de coleta para a gente conseguir verificar qual é a qualidade da água e aí os resultados que foram encontrados. Então, o córrego que passa dentro da água, ele já é classificado hoje como Classe II, pela classificação e pela encontrada essas questões de DBO, de coliformes e tal. No meio biótico, a gente faz um estudo da flora e da fauna. Então, da flora, a gente faz tanto um estudo dentro da ADA, como da Área de Influência Direta e Indireta. Então, a gente tem uma presença de estágio inicial dentro da ADA, e estágio médio ao redor ali da ADA. Então, na Área de Influência Indireta, que é toda aquela área amarela que a gente mostrou, a gente tem um levantamento de dados especialmente secundários. Na Área de Influência Direta, a gente faz parcelas botânicas em cada fragmento de vegetação que é existente, e a gente chegou na conclusão ali de que o bioma predominante é da Mata Atlântica. E dentro da ADA mesmo, da Área Diretamente Afetada, além de fazer as parcelas botânicas nos fragmentos, fazemos o levantamento de todas as árvores isoladas, uma por uma, e onde foram encontrados 1.448 indivíduos arbóreos isolados. A gente também faz um levantamento de fauna, esse levantamento de fauna, dentro de um Eia Rima, é um levantamento robusto, um levantamento longo, ele tem que ser feito em várias etapas do ano, para pegar todos os períodos do ano. Então, na Área de Influência Indireta, da mesma forma da flora, a gente faz um levantamento de dados secundários, e na Área de Influência Direta, e na área da ADA, a gente tem que fazer diretamente mesmo uma análise tanto da avifauna, da herpetofauna, da ictiofauna, que tem a ver com o corpo hídrico. Essa ictiofauna, inclusive, precisa de uma autorização específica que é feita pelo GFAU, que foi obtida, foi conseguida, e a gente tem que apresentar esses resultados constantemente para

eles, inclusive, e da mastofauna. Do meio socioeconômico, a gente faz um levantamento do uso e ocupação do solo e de todos os equipamentos públicos que estão próximos e que vão ser atingidos por esse empreendimento. Aqui alguns mapas para vocês conseguirem entender, então, mapas de uso e ocupação do solo, vocês já verificam que a parte branca ali, a utilização, o uso específico e predominante de agropecuária, que é o que acontece na região e próximo da região. Aqui também, para deixar isso um pouco mais claro, onde é que está o município, onde é que está a ocupação do solo hoje. Então, essa parte verde maior, não sei se vocês estão enxergando, mas é o uso predominantemente rural. No meio socioeconômico, a gente faz o levantamento, como eu falei, de todos esses equipamentos públicos, então quais são as escolas, quantas são as escolas, 11 públicas e uma particular, isso tudo dentro daquele raio de influência direta. Os equipamentos de saúde, os equipamentos de cultura, os bens tombados, tudo isso é levantado, tudo isso é localizado, e tudo isso é tentado avaliar qual o impacto disso. Aí a gente vai demonstrar quais são todos ali. Aí, a partir desse diagnóstico, feito o levantamento de todas essas questões dos três meios, meio físico, meio biótico e meio socioeconômico, a gente começa a fazer a questão da avaliação mesmo desses impactos que o empreendimento vai causar nesse diagnóstico todo que a gente fez. Isso aqui já é o resumo do impacto que é feito, é um mapinha, uma matriz de avaliação de impactos. Na primeira coluna, vocês não estão enxergando, mas são todos os impactos que são levantados, e as colunas estão relacionadas à classificação delas. Então, tem de intensidade, de temporalidade, de durabilidade. Então, para cada impacto que é levantado, a gente tem que classificar se ela é no período de planejamento, no período de implantação, no período de operação. E, obviamente, para cada impacto que a gente vai levantando, a gente vai ter que propor uma medida, algumas medidas que são para reduzir ou para mitigar esses impactos. Qual é o período? Quanto tempo? Se é reversível, se não é reversível? Então, para cada impacto que a gente vai levantando, a gente tem que classificar eles. Então, feitas as avaliações, feitas essas questões, a gente começa a pensar em quais são as ações, os programas e projetos de monitoramento, de prevenção e de minimização desses impactos. Aqui fica mais claro os programas. Então, aqui eles estão classificados, aquele na coluna P, é a etapa de planejamento, I é a etapa de instalação, e O é a etapa de operação do empreendimento. Nós vamos falar um pouco, vou apresentar um pouco para vocês os principais projetos, os principais programas. Então, um dos programas é o Programa de Gestão Ambiental de Obras. Dentro desse Programa Ambiental de Obras de Gestão Ambiental, a gente tem subprogramas, então um dos subprogramas é a Prevenção e Controle de Erosão e de Assoreamento, e quais são as ações que a gente está propondo lá dentro. E aí o que é importante, todas essas ações, elas vão ter que ser cumpridas, obviamente, durante a implantação do empreendimento, e elas têm que ser monitoradas e apresentadas também para o órgão ambiental, que vão verificar se isso está sendo feito de forma correta e tal, para uma licença posterior, que é a Licença de Operação do empreendimento. A Licença de Operação do empreendimento, ela só sai se todas essas medidas, todos esses programas estiverem sendo cumpridos. Então, por exemplo, para as ações de controle de erosão e de assoreamento, a gente coloca várias ações, então, implantação de sistemas de drenagem de águas pluviais, de drenagens provisórias, plantio de gramas em áreas expostas, instalação de bidim, instalação de dissipadores de energia, para reduzir a velocidade de lançamento de águas pluviais, todas são ações que estão relacionadas a esse tipo de programa. O Gabriel também já falou um pouco disso, mas isso também é um subprograma, de um gerenciamento de resíduos de construção civil e resíduos sólidos, quais são as ações, a segregação, isso tanto no canteiro de obras como no período de operação, para garantir a

destinação adequada, todo o controle desses resíduos que são gerados também pela obra. O monitoramento da qualidade das águas superficiais, aquilo que eu já tinha falado um pouco, a gente já fez a detecção lá, que a gente chama de coleta zero, antes da implantação do empreendimento, lá para o diagnóstico. No nosso programa, no nosso monitoramento, a gente propõe coletas em sete pontos, que sejam feitos continuamente, inclusive durante a obra, e depois também no período de operação, para a gente ver qual é o impacto exatamente que esse empreendimento vai ter na qualidade das águas próximas, tanto a montante como a jusante. Existe um Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna Silvestre também, então, durante todo o período de implantação e também após a implantação, no período de operação do empreendimento, tem uma série de monitoramento periódico dessas questões das faunas. Então, há todo um programa para verificar qual o impacto, tanto durante a obra como posterior ao empreendimento, para ver qual é esse impacto com relação à fauna. Lembrando que a gente fez todo um levantamento no diagnóstico, então a gente já tem hoje mapeado qual é a fauna presente ali na região. E aí a gente vai comparando exatamente com essa questão durante a implantação da obra e durante a operação posterior. Então aqui algumas ações, inclusive, que a gente propõe também de mitigação, como instalação de passagens de fauna, a instalação de equipamentos e limitadores de velocidade, de placas e tal, de avisos com relação à fauna. Também tem um Programa de Supressão de Vegetação, desse acompanhamento dessa supressão, de como ela vai ser feita, essa supressão, exatamente para tentar mitigar o impacto também com relação à fauna, o descarte, a destinação dessa biomassa que vai ser descartada com relação à supressão. E existe o Programa, também, de Reflorestamento e enriquecimento florestal, depois eu vou falar até da questão da compensação. Então, todos aqueles impactos de intervenção em APP e supressão de vegetação e tal, ela tem um impacto, obviamente, e isso vai ter que ser compensado, especialmente, por esse programa de reflorestamento e enriquecimento florestal. Esse programa permite, por exemplo, que os corredores ecológicos sejam, inclusive, enriquecidos, que é o caso desse empreendimento. Aqui, para vocês entenderem, lá tem o Programa de Compensação Ambiental, então, como eu falei, essas áreas em roxo, toda essa área em roxo que está desenhada são as áreas que vão ser revegetadas, então fazem parte do processo de recomposição e de compensação dos impactos ambientais. Então essa área em verde, que é a área de APP, já é uma área com uma vegetação existente, vegetação em estágio médio e vegetação em estágio inicial. Então, o Programa de Mitigação vai, inclusive, enriquecer essa mata. Então, a gente propõe, por exemplo, uma recuperação aqui, que não sei se vocês conseguem enxergar, 177 mil metros quadrados de área recuperada por meio de plantio ou por meio de mata em pé mesmo, de garantia da mata em pé. Isso tem a ver com a questão, como eu falei, da compensação, tanto pela supressão de vegetação, como pelas intervenções e APPs. A supressão de vegetação e as intervenções e APPs, elas estão unicamente relacionadas às obras de infraestrutura, então é para a drenagem do empreendimento ou para o acesso ao empreendimento. Tem o monitoramento de áreas verdes também, então isso também é uma das ações que são previstas, então para a tentativa de uma criação de corredores ecológicos, para tornar as áreas verdes mais homogêneas e tal. Então, todo esse acompanhamento desse monitoramento das áreas verdes, ela vai ser realizada tanto na fase de implantação, como também na fase de operação. Existem Programas também de Comunicação Social e Programas de Educação Ambiental, que têm como ações a definição de divulgação, de informações com as questões ambientais, isso durante a fase de implantação está relacionada a treinamentos com os funcionários, cartilhas, as formas do que é encontrado, então todo diagnóstico que foi realizado, todas as ações que foram

vistas, todas estas questões ambientais que foram encontradas isso é repassado para os funcionários para eles terem conhecimento do que vão encontrar durante a obra. E também tem um Programa de Educação Ambiental para o pós o empreendimento, com os futuros moradores, com as futuras pessoas que vão ali trabalhar também e tal. Então, existe, tanto na fase de implantação, como na fase de operação. Com todas essas questões, portanto, desde o diagnóstico, com a avaliação dos impactos e com a promulgação dos programas, a gente chega a uma conclusão que o projeto apresentado, ele está completamente de acordo com as leis municipais, com as leis estaduais ambientais, com uma região que possui um zoneamento dos aspectos ambientais, socioeconômicos, expostos no estudo, a equipe técnica, a nossa equipe da Global Ambiente, não tem nada a se opor para a implantação do empreendimento. A equipe técnica que participou do empreendimento, então a direção, a coordenação e a administração geral. Como eu falei para vocês, a gente, para a realização de um estudo, de um EIA RIMA, é um estudo amplo, um estudo complexo, multitarefado, que demanda uma participação grande de funcionários, todos esses funcionários, a gente gosta de dizer que são todos da própria Global Ambiente, a gente não terceiriza nada, a gente faz tudo isso internamente. A gente tem biólogos, engenheiros, geólogos, arquitetos e tal, que participaram ativamente, uma parte está aqui, inclusive, assistindo a nossa apresentação. Eu fiquei tranquilo com o tempo, está o meu contato aqui, e eu fico à disposição, obviamente, para as perguntas e para qualquer dúvida que vocês tiverem. Muito obrigado.

00:45:54 Naiana Lanza: Obrigada, Thiago. Seguimos, então, agora para a nossa segunda etapa da audiência pública, onde nós ouvimos as questões que serão trazidas pelo público. Nós temos, até o momento, duas pessoas inscritas. Para aqueles e aquelas que desejem fazer algum tipo de contribuição, vocês têm ainda mais dez minutinhos para se inscreverem. Então, eu vou chamar inicialmente a senhora Deise. A gente vai direto para a manifestação de pessoas físicas, porque não tivemos a inscrição do Ministério Público e entidades. Então, convido a Deise Miller para fazer o uso da palavra. Deise, seja bem-vinda. Você tem três minutos.

00:46:52 Deise Muller: Muito obrigada. Boa tarde a todos. Eu não estou muito acostumada a me manifestar em audiências públicas do meio ambiente, mas eu venho aqui como moradora da Grande São Paulo, que se mudou para Boituva há 14 anos, e eu moro na zona rural. Eu moro dentro da APA de Tietê Jumirim. O que a gente percebe na zona rural é que a gente tem a presença de grande fauna circulando pelos corredores ecológicos. A minha preocupação e a minha grande dúvida é: qual a necessidade do empreendimento sufocar, ter em si, represar, sequestrar um corpo hídrico de Classe II. O corpo hídrico de Classe II, o que ele quer dizer? Ele é um corpo hídrico que pode ser usado para aguar a lavoura, para você nadar, você pode pular e nadar. Então, não é algo que seja ruim, é um que é usado pela fauna. Então, as onças pardas saem da floresta Ipanema, elas passam pela região, a gente tem contato com isso, a gente tem, inclusive, lá na APA de Tietê Jumirim, elas vão da floresta Ipanema para a APA Tietê Jumirim, chegam para a Mato Dentro etc. Então, a minha grande preocupação, inclusive, vendo no Plano Diretor de 2021, tem um dos anexos que acho que o Thiago pode falar com mais propriedade, em um estudo feito pela UFSCar, justamente esse corpo hídrico de Classe II, foi sugerido como preservação máxima. Então, acho que, se a gente pegar os poucos corpos hídricos que a gente tem, a pouca mata ciliar que a gente tem, a gente vai acabar com os corredores ecológicos. Se você me disser que vai construir um empreendimento que vai sequestrar um

corredor ecológico, eu sou contra. Eu acho que a gente tem muito pouca vegetação, muita pouca fauna. A mesma APA Tietê Jumirim é muito judiada. E eu acho que... Eu não sei. A resposta é: qual o interesse do empreendimento em sequestrar um corpo hídrico bem no meio? Será que ele não pode se deslocar mais para a lateral e deixar o corpo hídrico liberado? Desculpem a minha falta de profissionalismo, que eu não entendo nada disso. Eu sou bem leiga nisso. Eu vim com coração, como o boituvense de coração, porque eu amo os animais e não quero ver eles passarem necessidade. Obrigada.

00:49:26 Naiana Lanza: Está ótimo, Deise, fica tranquila. Obrigada pela contribuição, Deise. E ela foi ótima. Seguimos aqui, então. Convido o senhor Thiago de Castro Souza para fazer uso da palavra. Seja bem-vindo, Thiago. Muito obrigado.

00:50:10 Thiago de Castro Souza: Olá, boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui participando dessa audiência pública tão importante para a nossa cidade, quando vai falar de loteamentos para o bom desenvolvimento de Boituva. Eu, para quem não me conhece, sou conhecido em Boituva como Thiago da Flex, estive como vereador na cidade de Boituva, na legislatura passada, e, na oportunidade, eu tive a possibilidade de fazer o texto substitutivo do Plano Diretor vigente agora. Então, o Plano Diretor vigente é um texto substitutivo que nós elaboramos lá na Câmara. E a pergunta que eu tenho, não tenho uma formação de convicção nem a favor nem contra, eu quero mais é tirar essa dúvida também. No artigo 182 do nosso Plano Diretor, ele traz os anexos que falam de áreas de preservação na nossa cidade. Como bem disse a Deise, foi feito um estudo pela UFSCar, um estudo muito minucioso, muito sério, de muitos anos, com muitos profissionais envolvidos, e quando a gente estava elaborando o Plano Diretor, nós descobrimos esse estudo da UFSCar, trouxemos eles até Boituva para fazer audiências públicas, e depois dessa audiência pública, nós colocamos esse estudo da UFSCar como anexo. E o artigo 182 do Plano Diretor traz justamente esses anexos. E o anexo 8 e o anexo 9, ele fala do Plano Diretor Municipal, desse artigo 182, ele fala justamente dessas áreas de preservação. São áreas, são os mapas, na realidade, que tem como prioridade a criação de Unidades de Conservação. Eu não entendi muito bem ali no mapa, não sei se eu consegui perceber, mas o pouco que eu consegui perceber, ali a gente tem uma fragmentação de vegetação que está dentro da classe de prioridade, da classe de prioridade 1, da mais alta prioridade, que é o fragmento de número 50, se vocês observarem no anexo 8. Então, eu queria saber como vai ser feito dentro desse empreendimento, o que me deixa um pouco mais tranquilizado é pelo baixo adensamento, são terrenos grandes, mas o que vai ser feito para poder conversar com o que preconiza o Plano Diretor Municipal, que é para essas áreas serem prioritariamente áreas de preservação, de conservação. Então, quais serão as medidas que vai fazer para preservar esses fragmentos, e, sobretudo, se for realmente esse fragmento de número 50, que é o de prioridade 1, que é o que é de muito interesse ambiental dentro da nossa cidade, que é o que já foi mapeado pela UFSCar. Então, o que eu tenho para trazer é isso. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

00:52:50 Naiana Lanza: Muito obrigada, Thiago. Bom, não havendo mais inscritos, então eu vou encerrar as inscrições e passaremos, então, para a nossa etapa final da audiência pública, onde o empreendedor e a consultoria, convido eles novamente aqui para subir ao palco, no caso, ao microfone, para responder as perguntas que foram realizadas, e aí, na sequência, nós passaremos também às considerações finais da CETESB. Aproveito para agradecer as contribuições que foram realizadas. Por favor, Thiago.

00:53:27 **Thiago Aragão Escher:** Obrigado, Naiana. Eu só perdi o nome da senhora. Deise e Thiago. Thiago fica mais fácil, porque é xará. Daise, eu acho que você faz um questionamento, que é um questionamento super importante, que é com relação à questão dos corredores ecológicos e à questão da fauna. Discordo um pouco de você quando você fala que o empreendimento vai sequestrar o corpo hídrico. Não é isso que a gente está propondo, e é o contrário, na verdade. Então, toda a questão do estudo que foi feito, a gente faz a caracterização desse corpo hídrico, esse corpo hídrico, especialmente, que passa no meio da área, ela é envolta hoje já de uma vegetação, que ela vai ser inclusive mantida. Então, esses corredores ecológicos, não só vão ser garantidos, como eles vão ser incrementados após o empreendimento. Então, toda aquela poção, toda aquela... Na apresentação que eu fiz, quando a gente fala de um programa de revegetação e de enriquecimento das áreas verdes, é isso que a gente está dizendo. E aí já embalo na pergunta do Thiago, que ele fala do respeito com relação à questão do Plano Diretor e das questões específicas do município, o município vai lá determinar algumas áreas, e essa é uma das áreas especiais, então é uma área de Zita, que é a Zona de Interesse Turístico e Ambiental, que, por exemplo, não permite nenhum tipo de supressão de fragmento de vegetação, a não ser para as obras de infraestrutura, que é exatamente o que a gente está propondo. Então, nem se a gente quisesse fazer o empreendimento e suprimisse alguma coisa, a própria legislação não permite. E a própria APP, quando a gente fala de uma APP, por exemplo, de um corpo hídrico, ela tem uma APP, uma Área de Preservação Permanente, que a gente não pode construir nada, que a gente tem que preservar permanentemente por 30 metros. Pelo fato de estar num zoneamento dessa Zita, essa Área de Preservação Permanente é maior ainda, ela se torna com 40 metros. Então, tudo isso está sendo preservado, tudo isso está sendo respeitado, a legislação municipal para isso. Então, no nosso monitoramento de fauna, todo o estudo de fauna que a gente fez, inclusive foram encontradas essas onças, elas fazem parte desse monitoramento. Então, esse estudo, inclusive, ele se torna um estudo público, ele fica disponível para as pessoas, para as universidades, para elas conseguirem entender. E todo esse monitoramento que é feito, como eu falei naqueles programas, a gente vai fazer esse monitoramento de fauna constante, para ver qual é o impacto que o empreendimento vai ter nesse monitoramento dessa onça, desses animais, e a nossa previsão é exatamente que isso seja incrementado. Se os corredores ecológicos, eles não só não vão ser sequestrados, eles não só vão ser interrompidos, como eles vão ser, de fato, incrementados com o processo.

00:56:21 **Naiana Lanza:** Pode, pode tirar uma dúvida.

00:56:25 **Deise Muller** [inaudível- falou sem microfone]

00:56:29 **Thiago Aragão Escher:** O condomínio é fechado, mas as áreas verdes não são fechadas. Ela fica aberta e ela é isolada, inclusive, do condomínio. Constantemente, e ela é isolada do empreendimento. Então, por uma questão de segurança, obviamente, dos animais e dos próprios moradores, toda aquela questão de áreas verdes é também cercada para você diferenciar. Aqui é o lugar dos animais e aqui é o lugar do empreendimento. Então, ele não é nada fechado. Então, você tem uma conexão com os outros fragmentos da cidade, que vai ser incrementado ainda. Então, você vai ter uma boa porção, como eu falei, vai ter um incremento de 170 mil metros quadrados desses corredores, exatamente desses corredores ecológicos. Respondi, acho que do Thiago também, que é essa questão do

respeito ao zoneamento e as questões do município, especialmente para a consideração dessa questão da Zita, que é a Zona de Interesse Turístico e Ambiental, que faz, inclusive, que tenha uma APP ainda maior do que é preconizado na lei.

00:57:34 **Thiago de Castro Souza** [inaudível - falou sem microfone]

00:58:34 **Thiago Aragão Escher:** São essas questões da importância desses fragmentos que fazem, por exemplo, que não seja permitido a supressão de nada desses fragmentos, a não ser pelas questões de obras de infraestrutura, que são questões públicas, são questões de infraestrutura pública. E aí a gente entra na mesma questão que eu respondi antes, que é esses fragmentos, eles não só não vão ter impacto com relação ao empreendimento, como eles vão ser enriquecidos. A ideia é que daqui, obviamente, quando a gente fala de uma questão de um plantio, a gente faz um plantio e isso demora um tempo de monitoramento até ele chegar num processo, mas a ideia é que daqui a 10 anos, esse fragmento que a gente tem hoje, que a gente encontra hoje, ele vai estar muito mais robusto, ele vai estar muito maior do que ele está hoje em condições, por exemplo, de utilização rural. Especialmente para esse tipo de empreendimento, que é um empreendimento com um adensamento muito pequeno e que não vai ter impacto, de fato, para essas questões de área verde, de área de preservação e para os fragmentos. Obrigado.

00:59:40 **Naiana Lanza:** Muito obrigada, Thiago. Na sequência, então, eu passo a palavra à Viviane, representante aqui da CETESB, para as suas considerações finais.

00:59:53 **Viviane Kondratiuk:** Então, perguntas interessantes. O que eu posso complementar do que o consultor já explicou, o Plano Diretor Municipal, ele é verificado pela própria prefeitura, tanto que a CETESB exige a Certidão de Conformidade, e o projeto pré-aprovado para dar a primeira Licença. Justamente porque cada município tem as suas particularidades, as suas zonas especiais, e esse caso, como foi explicado, já provavelmente está seguindo essa legislação, porque ele já tem a Certidão, o projeto pré-aprovado pelo município. Esse alerta de vocês é importante, a nossa equipe vai checar com calma esse artigo mencionado, as informações que chegam na audiência pública é justamente para ajudar a gente a ter informações que vêm de fora do processo. Quanto à fauna, é uma das maiores preocupações também da CETESB, a gente tem um histórico e tem aprendido muito com a questão das passagens de fauna, que tem funcionado super bem, é uma das condicionantes que vai sair para esse projeto. Nos casos em que o loteamento é cercado por muros, quando a prefeitura autoriza o cercamento por muros, as APPs precisam ser contínuas, então, o muro não pode impedir a passagem. Então, toda essa parte de reflorestamento de APPs, ela precisa estar conectada com a continuidade do rio fora da gleba ou os fragmentos que tem no entorno. Então, isso tudo é verificado e, no monitoramento de fauna que é feito até na fase de operação, a gente consegue checar se essas passagens estão funcionando ou não, justamente porque a ideia é que os animais que foram identificados no EIA RIMA continuem utilizando essa área de vida, tá bom?

01:01:57 **Naiana Lanza:** Bom, então, eu gostaria de agradecer a presença de todos e todas, e as colaborações, elas são muito importantes para enriquecer o processo de análise da CETESB. Eu gostaria de lembrar e gostaria de pedir para projetar o slide com o e-mail do CONSEMA, por favor. Gostaria de lembrar a todos e a todas que estão aqui presentes e também aqueles que nos acompanham pela internet que essa audiência pública não se

encerra hoje, então outras considerações podem ser enviadas por escrito em até cinco dias úteis para o e-mail do CONSEMA, consema@sp.gov.br. Dito isso, eu também já vou seguindo aqui para o encerramento. Eu gostaria de declarar que essa audiência pública atendeu ao disposto na Deliberação Normativa CONSEMA 01/2011. Portanto, ela é considerada válida pela Secretaria Executiva do CONSEMA. Eu declaro encerrada, às 18 horas e 14 minutos, no município de Boituva, a audiência pública relacionada ao empreendimento Loteamento Jequitibá II. É isso, pessoal. Muito obrigada e até a próxima.